



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5ª REGIÃO MILITAR
(Comando das Armas do Estado do Paraná/1890)
“REGIÃO HERÓIS DA LAPA”**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO
Nº 001 - SSMR/5, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

SELEÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS

PROCESSO VISANDO A SELEÇÃO DE CANDIDATOS MÉDICOS VOLUNTÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE NO ÂMBITO DA 5ª REGIÃO MILITAR.

O COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR, no uso de suas atribuições, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e a realização do processo seletivo para a formação de Cadastro de Reserva de Vagas, convocação e incorporação de profissionais de nível superior, formados em Medicina na Especialidade de Ginecologia para o exercício de atividades técnicas de interesse do Exército Brasileiro (EB) no âmbito da 5ª Região Militar, por meio do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e Estágio de Instrução e Serviço (EIS). Os convocados serão incorporados na situação de Aspirante a Oficial, salvo se o candidato for Oficial da Reserva de 2ª Classe, não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares), de qualquer Quadro ou Corpo, situação em que será incorporado no posto em que se encontrar, nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso de Convocação para Seleção:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 (Fixa a Composição da Reserva do Exército);
- Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina);
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar e seus regulamentos);
- Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967 (Lei do Serviço Militar para estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia);
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro 1980 (Estatuto dos Militares);
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 (Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências);
- Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 (Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências);
- Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 (Aprova Regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina);
- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), alterado pelos Decreto nº 58.759, de 28 de junho de 1966, Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992, e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;



- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência);
- Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002 (Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército);
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida);
- Decreto nº 8.160, de 18 de dezembro de 2013, que alterou o Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002 (aprova o regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R-68);
- Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.162, de 18 de maio de 2017 (homologa a Portaria CME nº 1/2017 que atualiza a relação de especialidades e áreas de atuação médicas aprovadas pela Comissão Mista de Especialidades, que tratam do exercício da medicina e de suas Especialidades.
- Portaria nº 052 - Cmt Ex, de 6 de fevereiro de 2001 (Normas para o Controle do Exercício de Funções que exigem Qualificação Profissional Regulamentada em Lei);
- Portaria nº 816 - Cmt Ex, de 19 dezembro de 2003 – Aprova o Regulamento Interno e dos serviços Gerais (R1 - RISG);
- Portaria nº 769 - Cmt Ex, de 5 de julho de 2017 (Estabelece a equivalência entre os tipos de cursos constantes da Tabela III do ANEXO II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e os cursos realizados pelo pessoal do Exército para fins de concessão do Adicional de Habilitação);
- Portaria nº 1.693 - Cmt Ex, de 23 de novembro de 2017 – Aprova as Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército (EB10-IG-02.022).
- Portaria nº 462 - Gabinete do Comandante do Exército, de 21 de agosto de 2003 - (Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe - IG 10-68);
- Portaria nº 354 - EME, de 28 de dezembro de 2015 (Manual de Campanha EB20-MC-10.350 TREINAMENTO FÍSICO MILITAR, 4ª edição, 2015);
- Portaria nº 018 - DGP/DSM, de 31 de janeiro de 2017 (Aprova as Instruções Complementares de Convocação para o Serviço Militar Inicial no Exército em 2018 – ICC/2018);
- Portaria nº 046 - DGP, de 27 de março de 2012 (Normas Técnicas para a Prestação do Serviço Militar Temporário);
- Portaria nº 306 - DGP, de 13 de dezembro de 2017 – Aprova Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército (EB 30-N-20-008);
- Portaria nº 018 - DGP, de 26 de janeiro de 2018 (altera dispositivo da Portaria nº 046, de 27 de março de 2012).

1. GENERALIDADES

1.1. Os **Oficiais Médicos Temporários (OMT)** são os militares convocados para a prestação do Serviço Militar por meio do estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e Estágio de Instrução e Serviço (EIS), cuja permanência é transitória, isto é, **não podendo adquirir estabilidade.**

1.2. **Convocação à incorporação** é o ato pelo qual os brasileiros, após julgados aptos em seleção, são designados para a incorporação, a fim de prestar o Serviço Militar.

1.3. **Incorporação** é o ato de inclusão do convocado em uma Organização Militar das Forças Armadas.

1.4. O **Estágio de Adaptação e Serviço (EAS)** é realizado pelos Médicos incorporados para prestação de Serviço Militar Temporário, com duração de 12 (doze) meses, e destina-se ao preenchimento



de claros de oficiais subalternos de carreira nos Serviços de Saúde das Forças Armadas, a adaptar os estagiários à vida militar e proporcionar condições para a aplicação dos seus conhecimentos técnico-profissionais e habilitá-los ao Estágio de Instrução e Serviço (EIS) e à promoção ao posto de 1º Tenente (1º Ten).

1.5. O **Estágio de Instrução e Serviço (EIS)** é realizado pelos Médicos convocados após a conclusão do EAS, com duração de 12 (doze) meses, e destina-se a atualizar e ampliar a instrução e os conhecimentos técnico-profissionais dos concluintes do EAS e habilitá-los às prorrogações do tempo de serviço, desde que sejam atendidos os requisitos exigidos na legislação pertinente e os interesses do exército.

1.6. **Aspirante-a-Oficial** é o Posto que membros das Forças Armadas ocupam logo após a sua formação, em caráter probatório, antes de serem promovidos ao primeiro Posto de Oficial, qual seja, o de 2º Tenente (2º Ten).

1.7. O **Cadastro de Reserva de Vagas (CRV)** é um cadastro de candidatos aptos a serem incorporados em alguma das Organizações Militares da área de abrangência da 5ª Região Militar, ordenados conforme a classificação obtida no processo seletivo e que podem ou não ser convocados a qualquer momento do período de vigência do Aviso de Convocação para Seleção ao qual estão atrelados.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O processo seletivo visa preencher um Cadastro de Reserva de Vagas para Médicos na Especialidade de Ginecologia para o Hospital de Guarnição de Florianópolis - SC para a aplicação de conhecimentos técnico-profissionais em funções específicas, em caráter temporário, de forma transitória e por tempo determinado.

2.2. A previsão de vagas para a incorporação poderá sofrer alteração a qualquer momento, podendo ocorrer acréscimo ou extinção de vagas, até a data da incorporação, de acordo com as necessidades da 5ª Região Militar e da deliberação do Comandante da Região. A alteração na previsão das vagas, se ocorrer, será divulgada na internet, também no endereço eletrônico www.5rm.eb.mil.br até o dia da incorporação, inclusive.

2.3. O processo seletivo será executado por uma Comissão de Seleção Especial (CSE).

2.4. As atividades que compõem o processo seletivo encontram-se discriminadas no Calendário de Eventos, constante no nº 5, e seguem as seguintes etapas:

2.4.1. Inscrição no Processo Seletivo: realizada presencialmente, na data de 14 de fevereiro de 2020

2.4.2. Seleção:

2.4.2.1. Análise Curricular: de caráter eliminatório e classificatório.

2.4.2.2. Apresentação da Documentação e Comprovação de Títulos: de caráter eliminatório e classificatório.

2.4.2.3. Entrevista: de caráter eliminatório por motivo de não comparecimento e não classificatório.

2.4.2.4. Inspeção de Saúde (IS): de caráter eliminatório.

2.4.2.5. Inspeção de Saúde Complementar na Organização Militar de destino: de caráter eliminatório.

2.4.3. Incorporação.



2.5. Os candidatos aptos no Processo Seletivo serão classificados em ordem decrescente de pontuação.

2.6. O CRV poderá ser usado para incorporações subsequentes à prevista no presente Aviso de Convocação, de acordo com as necessidades do Comando da 5ª Região Militar, tendo validade até 22 de julho de 2020.

2.6.1 Se for do interesse do Comandante da 5ª Região Militar, o CRV poderá ser prorrogado por mais 1 (um) ano, desde que não seja divulgado novo Aviso de Convocação para Seleção.

2.7. Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelo incorporado e conseqüente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas para portadores de deficiência física, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e o Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.

3. REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. O (A) candidato(a) deverá atender aos seguintes requisitos:

3.1.1. Ser brasileiro nato.

3.1.2. Ser voluntário.

3.1.3. Ter menos de 40 (quarenta) anos de idade no momento da Incorporação, conforme a Lei Nr 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

3.1.3.1. Os candidatos que já concluíram o EAS em anos anteriores poderão ser diretamente incorporados no EIS, conforme artigo 46 da Portaria nº 046 - DGP, de 27 março de 2012, alterado pela Portaria nº 018 - DGP, de 26 janeiro 2018.

3.1.4. Estar em dia com suas obrigações perante:

3.1.4.1. o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino).

3.1.4.2. a Justiça Eleitoral.

3.1.5. Ter concluído com aproveitamento o Curso Superior em Medicina, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), até a data da inscrição.

3.1.6. Ter concluído com aproveitamento a Especialização em Ginecologia ou Medicina da Família e Comunidade, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo Ministério da Saúde, até a data da incorporação.

3.1.7. Na data da incorporação, o candidato(a) não poderá ter mais de 7 (sete) anos de tempo de serviço prestado as Forças Armadas, conforme a Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

3.1.8. Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o art. 11 da Lei nº 6.880, de 1980 (Estatuto dos Militares), a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa do candidato.

3.1.9. Não ter sido nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

3.1.9.1. Condenado em processo criminal perante a Justiça comum ou militar, seja na esfera federal ou estadual, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena.



3.1.9.2. Responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção.

3.1.10. Caso o candidato esteja respondendo, antes da data prevista para a incorporação, o previsto nos itens 3.1.9.1. ou 3.1.9.2., deverá informar tal fato por escrito ao Presidente da CSE, com a devida Certidão de “*Objeto e Pé*” lavrada pela serventia judicial na qual tramita a Ação.

3.1.11. Ser possuidor de bons antecedentes e predicados morais para o ingresso nas Forças Armadas, comprovado por meio das seguintes Certidões de Antecedentes Criminais, dos lugares em que residiu nos últimos 5 (cinco) anos:

3.1.11.1. Certidão de Antecedentes Criminais (Justiça Estadual).

3.1.11.2. Certidão do Distribuidor Criminal (Estadual).

3.1.11.3. Certidão Negativa Militar (Justiça Estadual).

3.1.11.4. Certidão Negativa Criminal (Justiça Federal) e Certidão Negativa Militar (Justiça Federal), que serão obtidas pela CSE diretamente junto ao Órgão responsável por suas emissões.

3.1.12. Se reservista, ter sido licenciado da última Organização Militar em que serviu, no mínimo, no comportamento “BOM”.

3.1.13 Não ter sido considerado Isento do Serviço Militar por licenciamento ou exclusão de Organização Militar a bem da disciplina, por falta de rendimento técnico-profissional, bem como por inaptidão física ou mental definitiva (INAPTO “C”).

3.1.14. Se militar temporário:

3.1.14.1. Realizar a inscrição presencialmente, conforme o previsto no nº 4.2. deste Aviso de Convocação para Seleção.

3.1.14.2. Participar de todas as demais fases do processo seletivo e, caso aprovado:

3.1.14.2.1. Aguardar a convocação à incorporação.

3.1.14.2.2. Requerer seu licenciamento, a pedido ou por término de tempo de serviço.

3.1.14.3. Caso haja ascensão hierárquica em relação ao grau hierárquico anterior, a incorporação deverá ocorrer na segunda semana da 1ª fase do EAS.

3.1.14.4. Caso não haja ascensão hierárquica em relação ao grau hierárquico anterior, a incorporação deverá ocorrer no início da 2ª fase do EAS.

4. INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. A inscrição para o Processo Seletivo é de caráter gratuito.

4.2. Todas as inscrições serão realizadas presencialmente, utilizando o modelo do ANEXO "N", no Hospital de Guarnição de Florianópolis - SC, no período das 08:00 horas às 17:00 horas do dia 14 de fevereiro de 2020 (horário de Brasília).

4.3. Os documentos para a avaliação curricular, deverão ser entregues e apresentadas no ato da inscrição presencialmente, salientando-se que devem estar relacionados com a especialidade de Ginecologia ou Medicina da Família e Comunidade.

4.4. Inscrições fora do prazo não serão aceitas.

4.5. As informações apresentadas na inscrição presencial deverão ser comprovadas por meio documental durante a Apresentação da Documentação e Comprovação de Títulos.



4.6. Documentos entregues fora dos prazos estabelecidos ou por qualquer meio não previsto no presente Aviso de Convocação para Seleção não serão recebidos e não comporão o processo de seleção.

4.7. O Comando da 5ª Região Militar não se responsabilizará por inscrições não realizadas por motivos pessoais.

4.8. A inscrição importa no conhecimento e na aceitação do disposto neste Aviso de Convocação para Seleção e seus anexos, em relação aos quais os candidatos não poderão alegar desconhecimento, resultando, assim, na necessária verificação por parte do próprio candidato do preenchimento de todos os requisitos exigidos.

4.9. Não serão retiradas dúvidas de qualquer natureza por **telefone ou e-mail**, sendo a leitura e a compreensão do Aviso de Convocação para Seleção o instrumento de orientação do candidato.

5. CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTO	DATA/PERÍODO
Divulgação do Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário	13 de fevereiro de 2020
Inscrição presencial, Apresentação da documentação e comprovação de títulos e Entrevista.	14 de fevereiro de 2020
Divulgação da Pontuação Curricular	Até 18 de fevereiro de 2020
Entrada de Pedidos de Revisão da Pontuação Curricular	Até 19 de fevereiro de 2020
Divulgação do Resultado dos Pedidos de Revisão da Pontuação Curricular Final	20 de fevereiro de 2020
Divulgação do Resultado Final, gerando o Cadastro de Reserva de Vaga	
Divulgação da previsão de vagas	
Divulgação dos Candidatos que deverão realizar a Inspeção de Saúde	
Inspeção de Saúde (com respectiva divulgação do resultado)	21 de fevereiro de 2020
Período para Entrada de Pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), diretamente na SSMR/5	Até 26 de fevereiro de 2020
Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (com a respectiva divulgação do resultado)	A ser definida pelo Comando da 5ª Região Militar
Convocação à Incorporação	29 de fevereiro de 2020
Inspeção de Saúde Complementar na Organização Militar de Saúde de Destino	02 de março de 2020



EVENTO	DATA/PERÍODO
Incorporação	

6. SELEÇÃO

6.1. Análise Curricular Preliminar

6.1.1. A Análise Curricular Preliminar será realizado, de acordo com os dados entregues no ato da inscrição presencial, sendo de inteira responsabilidade do mesmo a veracidade das informações apresentadas.

6.1.2. Serão consideradas as pontuações indicadas no ANEXO “A”, sendo pontuados somente os cursos, as publicações e a experiência profissional relacionada à área de Anestesiologia.

6.1.3. Os pontos obtidos após a Análise Curricular Preliminar comporão o grau para a classificação dos candidatos, sendo estes classificados em ordem de pontuação decrescente.

6.1.4. Em caso de empate na pontuação, será observada a seguinte prioridade para a determinação da classificação dos candidatos:

6.1.4.1. Militares da ativa temporários.

6.1.4.2. Reservistas de 1ª Categoria.

6.1.4.3. Reservistas de 2ª Categoria.

6.1.4.4. Civis não enquadrados nos números “6.1.4.2.” e “6.1.4.3.” acima.

6.1.4.4.1. Os de menor tempo de serviço público; e

6.1.4.4.2. Os de maior idade.

6.1.4.5. Nos universos citados nos números de “6.1.4.1.” a “6.1.4.3.” será respeitada a precedência hierárquica.

6.1.4.6. Caso ainda permaneça o empate na pontuação, será verificada a ordem cronológica de inscrição.

6.1.5. A divulgação da Pontuação Curricular aos inscritos será feita por meio do site www.5rm.eb.mil.br.

6.1.6. Os candidatos mais bem classificados na Avaliação Curricular Preliminar serão chamados de acordo com a expectativa de abertura de vagas.

6.2. Apresentação da Documentação e Comprovação de Títulos

6.2.1. A Apresentação da Documentação e Comprovação de Títulos ocorrerá no ato da inscrição presencialmente no Hospital de Guarnição de Florianópolis, situado na Rua Silva Jardim, 441, Centro, Florianópolis – SC e será aplicada aos candidatos mais bem classificados na Avaliação Curricular Preliminar, podendo ocorrer mais de uma chamada para esta fase, conforme ocorram novas aberturas de vagas, desistências ou desclassificações de candidatos, na vigência do presente Aviso de Convocação para Seleção.

6.2.2. A Apresentação da Documentação e Comprovação de Títulos tem caráter eliminatório e classificatório, sendo seu objetivo confirmar dados pessoais, verificar bons antecedentes e conferir a validade e veracidade dos documentos e títulos informados.

6.2.3. Os candidatos que não confirmarem os dados pessoais, não comprovarem bons antecedentes, não comprovarem os requisitos exigidos para a inscrição ou tiverem seus documentos repro-



vados por vícios de conteúdo ou legalidade, serão considerados INAPTOS e DESCLASSIFICADOS.

6.2.4. Os títulos (Especialização, Mestrado e Doutorado), os cursos e as publicações técnicas deverão ter relação com a área de interesse.

6.2.5. O exercício da atividade profissional deverá ter relação com a especialidade para qual o candidato se inscreveu e ter sido adquirida até o dia da realização da inscrição.

6.2.6. Somente serão considerados, para a finalidade de pontuação, as atividades profissionais exercidas após a data de conclusão do respectivo curso de especialização.

6.2.7. A comprovação das atividades profissionais exercidas na especialidade postulada pode ser feita das seguintes maneiras:

6.2.7.1. Na prestação de serviço em empresa/instituição privada, mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou de contrato de serviço/trabalho, discriminando o tempo de serviço e as funções desempenhadas, sendo que somente serão aceitos os períodos em que o registro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) seja relacionado à Especialidade pretendida.

6.2.7.2. Na prestação de serviço em órgão/instituição pública, mediante apresentação de Certidões emitidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, informando o período de serviço, as funções desempenhadas (cargos) e as atividades desenvolvidas. Caso o cargo que conste na certidão não especifique a atividade desenvolvida, faz-se necessário apresentar declaração do órgão contratante, relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, bem como o período. Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou equivalente. Somente serão aceitos os períodos em que o registro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), constante da Certidão, seja relacionado à Especialidade pretendida.

6.2.7.3 Na prestação de serviço autônomo, mediante apresentação de reprodução/cópia de recibo de Pagamento Autônomo (RPA), de Notas Fiscais discriminando os serviços realizados, de certidão de Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e de declaração do contratante discriminando o período de serviços realizados (que se enquadrem no registro de Classificação Brasileira de Ocupações – CBO).

6.2.7.4 Na prestação de serviços como empresário individual ou LTDA, mediante a apresentação de cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), de Notas Fiscais discriminando os serviços realizados (que se enquadrem no registro da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO) e de certidão de Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

6.2.8. A experiência profissional será contabilizada em meses, sendo computados o máximo de 05 (cinco) anos de experiência profissional no meio público e 05 (cinco) anos de experiência profissional no meio privado.

6.2.9. Para a finalidade de pontuação será considerado 0,2 (zero vírgula dois) pontos por mês completo de experiência profissional.

6.2.10. Período de trabalho inferior a 30 (trinta) dias não será considerado para a finalidade de pontuação, assim como, também, não será considerado para a finalidade de pontuação os dias do registro de um período de atividade profissional somados com os dias do registro de outro período de atividade profissional para completar 30 (trinta) dias.

6.2.11. Não serão considerados tempos de serviço sobrepostos (duas ou mais atividades exercidas concomitantemente, cabendo ao candidato optar por somente uma atividade profissional por período de tempo.



6.2.12. Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, realizada por tradutor juramentado.

6.2.13. Todas as declarações, inclusive as elaboradas em conformidade com os anexos deste Aviso de Convocação para Seleção, deverão ter a assinatura do declarante.

6.2.14. Todas as cópias apresentadas pelo candidato deverão estar acompanhadas dos seus respectivos originais.

6.2.15. As cópias de Diplomas e Certificados de Pós-Graduação apresentadas pelo candidato deverão estar acompanhadas de uma cópia do respectivo Histórico Escolar.

6.2.16. Não serão aceitos, em hipótese alguma, protocolos de qualquer espécie, em substituição aos documentos previstos no presente Aviso de Convocação para Seleção.

6.2.17. Todos os documentos deverão ser entregues encadernados, numerados e rubricados em todas as páginas e na sequência discriminada abaixo:

6.2.17.1. Ficha de Inscrição, com foto 3x4 colada (ANEXO "N").

6.2.17.2. Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses (ANEXO "B").

6.2.17.3. Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior à Incorporação (ANEXO "C"). O candidato que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 anos 00 meses 00 dias.

6.2.17.4. Comprovante de Residência atual.

6.2.17.5. Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (ANEXO "D"), apenas para candidatas do segmento feminino. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a realização da IS, do EAF e a incorporação para o EAS e EST, em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas.

6.2.17.6. Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (ANEXO "E").

6.2.17.7. Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve para Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário (ANEXO "F"), apenas para candidatos militares.

6.2.17.8. Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (ANEXO "G").

6.2.17.9. Certidão de Antecedentes Criminais (Justiça Estadual), solicitada junto ao fórum da(s) cidade(s) onde o candidato residiu nos últimos 5 (cinco) anos.

6.2.17.10. Certidão de Distribuidor Criminal (Estadual), solicitada junto ao fórum da(s) cidade(s) onde o candidato residiu nos últimos 5 (cinco) anos.

6.2.17.11. Certidão Negativa Militar (Justiça Estadual), solicitada no fórum da(s) cidade(s) ou cartório distribuidor da capital do estado onde residiu o candidato nos últimos 05 (cinco) anos.

6.2.17.12. Cópia da Carteira de Identidade, somente para candidato civil.

6.2.17.13. Cópia da Carteira de Identidade Militar, somente para candidato militar temporário da ativa.

6.2.17.14. Cópia do CPF.

6.2.17.15 Cópia do Título de Eleitor.

6.2.17.16. Cópia da Carta Patente de candidatos que servem ou já serviram como Oficiais Temporários.

6.2.17.17. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

6.2.17.18. Cópia do diploma ou certidão de conclusão de curso de medicina reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), contendo a carga horária e a informação de que o mesmo é reconhecido pelo MEC, com o respectivo Histórico Escolar.

6.2.17.19. Cópia do(s) diploma(s) de Pós-Graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo Ministério da Saúde relacionado à Especialidade para a qual se inscreveu, com o respectivo Histórico Escolar. Pós-Graduações realizadas no exterior deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394, de 1996) para poderem pontuar.

6.2.17.20. Cópia(s) do(s) Diploma(s) de Pós-Graduação reconhecido pelo MEC ou pelo Ministério da Saúde enquadrado(s) no nº 3 do ANEXO “A”, com o respectivo Histórico Escolar.

6.2.17.21. Cópia do(s) diploma(s) do(s) curso(s) enquadrados no nº 4 do ANEXO “A”. Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do Órgão de Classe ao qual o candidato está vinculado, se for o caso, para poderem pontuar.

6.2.17.22. Cópia das publicações técnicas, conforme o nº 5 do ANEXO “A”, acompanhada dos originais, tais como livros, artigos em revistas especializadas, periódicos e revistas não especializadas. Destaque-se que a publicação de artigo científico em livro não é considerado como livro publicado. A cópia do livro, desde que acompanhado de original, para análise por parte da Comissão de Seleção Especial, não necessita de autenticação, desde que a publicação integre o Sistema de Identificação Numérica conhecido como ISBN (*International Standard Book Number*), atribuído no Brasil pela Fundação Biblioteca Nacional.

6.2.17.23. Cópia da Certidão de Tempo de Serviço Público prestado nas Forças Armadas para candidatos civis ou militares que possuam esse Tempo de Serviço Público.

6.2.17.24. Cópia dos documentos que comprovem a experiência profissional.

6.2.18. Todos os documentos deverão ser apresentados no momento da Apresentação da Documentação e Comprovação de Títulos.

6.2.19. Além dos documentos apresentados pelo candidato, acima enumerados, a CSE analisará os seguintes documentos, que a própria Comissão obterá junto ao Órgão Responsável pela respectiva emissão:

6.2.19.1. Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Eleitoral.

6.2.19.2. Certidão Negativa Criminal (Justiça Federal), extraído do sítio da Justiça Federal.

6.2.19.3. Certidão Negativa Militar (Justiça Federal), extraída do sítio do Superior Tribunal Militar (STM).

6.2.19.4. Cópia da Certidão de Situação Militar de candidatos que já serviram como Oficial Temporário.

6.2.19.5. Cópia do Certificado de Reservista de candidatos que já serviram.

6.2.19.6. Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação para os candidatos que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório.

6.2.19.7. Folhas de Alterações ou Certidão de Assentamentos Militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

6.2.20 Em caso de empate na pontuação, serão observados os critérios para desempate constantes no item 6.1.4. deste Aviso de Convocação para Seleção e seus subitens.

6.2.21. Não serão aceitos diplomas, certificados e comprovantes de experiência profissional sobre os quais não seja possível apurar a validade, veracidade e idoneidade.

6.2.22. A CSE poderá solicitar ao Comandante da 5ª Região Militar a abertura de Inquérito Policial Militar para apurar possíveis ilegalidades relativas a documentação e títulos apresentados pelos candidatos, mesmo diante da desistência destes em relação ao processo seletivo. A apresentação de documento falso ou eivado de ilegalidade acarretará a desclassificação imediata do candida-



to, bem como a abertura de Inquérito Policial Militar para a apuração da ocorrência de delito de falsidade ideológica e demais crimes contra a Administração Militar, mesmo diante da expressa desistência do candidato. Se identificadas *a posteriori* da incorporação, acarretarão em sua anulação. Assim sendo, uma vez identificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação serão *ex tunc*, isto é, retroagirão à inscrição do candidato e este não fará jus a nenhum tipo de amparo do Estado. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis a cada caso.

6.2.23. A divulgação dos candidatos será feita por meio do site www.5rm.eb.mil.br

6.3. Entrevista

6.3.1. A entrevista será aplicada na oportunidade da inscrição presencial, conforme calendário do presente Aviso de Convocação para Seleção.

6.3.2. A entrevista será realizada individualmente e não será pontuada, não possuindo caráter eliminatório, salvo a falta do candidato à mesma. Poderá ser aproveitada para confirmar dados do candidato.

6.4. Inspeção de Saúde (IS)

6.4.1. A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

6.4.2. No sentido de evitar gastos desnecessários, somente os candidatos chamados por meio da “Divulgação dos candidatos que deverão realizar a Inspeção de Saúde”, conforme previsto no Calendário de Eventos, realizarão a Inspeção de Saúde e os consequentes exames complementares.

6.4.3. O candidato selecionado para a Inspeção de Saúde deverá apresentar os resultados dos exames complementares listados a seguir, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de, no máximo, até 90 (noventa) dias antes do dia previsto para a IS:

- 6.4.3.1. Radiografia dos campos pleuro-pulmonares.
- 6.4.3.2. Teste de gravidez sanguíneo (BHCG), para candidatos do segmento feminino.
- 6.4.3.3. Reação de Machado Guerreiro.
- 6.4.3.4. Hemograma completo, coagulograma e VHS.
- 6.4.3.5. Grupo sanguíneo e fator RH.
- 6.4.3.6. Parasitológico de fezes.
- 6.4.3.7. Sumário de urina.
- 6.4.3.8. Eletrocardiograma em repouso.
- 6.4.3.9. Eletroencefalograma.
- 6.4.3.10. Perfil imunológico para hepatites virais (A, B e C).
- 6.4.3.11. Parecer oftalmológico (acuidade visual com e sem correção, refração, biomicroscopia, fundo do olho, tonometria, motilidade e senso cromático).
- 6.4.3.12. Glicemia de jejum.
- 6.4.3.13. Ureia e creatinina.
- 6.4.3.14. Sorologia para LUES e HIV.
- 6.4.3.15. Radiografia panorâmica das arcadas dentárias.
- 6.4.3.16. Audiometria.
- 6.4.3.17. Radiografia panorâmica da coluna vertebral, com laudo especificando os ângulos de COBB e de FERGUSON, e escanometria dos membros inferiores.
- 6.4.3.18. Exame toxicológico, de larga janela de detecção (igual ou superior a 60 dias).
- 6.4.3.19. Outros exames complementares, a critério da Comissão de Seleção Especial.



6.4.4. O candidato com deficiência visual deverá apresentar-se para a IS portando a receita médica com a correção prescrita.

6.4.5. O candidato será considerado INAPTO na IS caso se enquadre nas Causas de Incapacidades previstas no ANEXO “J” deste Aviso de Convocação para Seleção.

6.4.6. Caso o candidato já pertença ao serviço ativo do Exército, os exames supramencionados serão substituídos por uma Ata de Inspeção de Saúde específica para a convocação.

6.4.7. O candidato que não desejar realizar a IS deverá preencher a Declaração de Desistência (ANEXO “K”).

6.4.8. Caso haja desistências, a Comissão de Seleção Especial (CSE) poderá chamar os próximos candidatos para realizar a IS.

6.4.9. Não haverá segunda chamada para a IS.

6.4.10. Os locais e datas para realização da IS constarão da “Divulgação dos candidatos que deverão realizar a Inspeção de Saúde”, a ser disponibilizada no site www.5rm.eb.mil.br, conforme o Calendário de Eventos.

6.4.11. Os candidatos deverão comparecer no local estipulado para a IS trajando roupa de banho por baixo da vestimenta (sunga, biquíni ou maiô), a fim de permitir a adequada IS.

6.5. Inspeção de Saúde Complementar

6.5.1 Antes da incorporação, os candidatos convocados serão submetidos a uma revisão médica e física no Hospital de Guarnição de Florianópolis.

6.5.2. Os candidatos que, após a IS, apresentarem problemas físicos ou de saúde que os tornem inaptos para a incorporação, constatados na Inspeção de Saúde Complementar, não serão incorporados, sendo eliminados do processo seletivo.

6.5.3. Os candidatos selecionados para a Inspeção de Saúde Complementar não precisarão apresentar quaisquer exames, exceção feita às candidatas do segmento feminino, que deverão apresentar novo exame BHCG (teste de gravidez), com data igual ou posterior a da Convocação à Incorporação, constante no Calendário de Eventos.

7. PEDIDOS DE REVISÃO DA PONTUAÇÃO

7.1. De acordo com o Calendário de Eventos, existe a possibilidade de solicitação de pedidos de revisão da pontuação no transcorrer do processo seletivo, em um momento distinto:

7.1.1. Entrada de pedidos de revisão da Pontuação Curricular.

7.2. Os pedidos de revisão da pontuação poderão ser interpostos em até 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos respectivos resultados (de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h), conforme o Calendário de Eventos.

7.3. Os pedidos de revisão deverão ser elaborados de acordo com o modelo do ANEXO “L”, indicando os supostos erros e respectivas fundamentações.

7.4. Os pedidos de revisão da pontuação deverão ser protocolados pessoalmente ou por meio de procuração reconhecida em cartório, na 5ª Região Militar (Rua 31 de Março s/nº, Bairro Pinheiri-



nho, Curitiba-PR, na Seção de Serviço Militar), não sendo aceito o envio por correio, fax ou internet.

7.5. Os pedidos de revisão serão julgados pela CSE.

8. PEDIDOS DE INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO (ISGR)

8.1. O processo seletivo prevê a possibilidade de solicitação de uma revisão do resultado da IS.

8.2. O candidato julgado incapaz na IS poderá requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR) em um prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do respectivo resultado da IS (de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h), conforme o Calendário de Eventos.

8.3. Os pedidos de ISGR deverão ser elaborados de acordo com o modelo do ANEXO “M”, indicando os supostos erros e respectivas fundamentações.

8.4. Os pedidos de ISGR deverão ser protocolados pessoalmente ou por meio de procuração reconhecida em cartório, na 5ª Região Militar (Rua 31 de Março s/nº, Bairro Pinheirinho, Curitiba-PR, na Seção de Serviço Militar), não sendo aceito o envio por correio, fax ou internet.

8.5. O Comandante da 5ª Região Militar determinará em qual Organização Militar de Saúde e em que data será realizada a ISGR.

8.6. Os deslocamentos para realizar a ISGR serão por conta do candidato.

8.7. Não haverá segunda chamada para a ISGR.

9. INCORPORAÇÃO

9.1. No dia 29 de fevereiro de 2020 haverá a publicação da Convocação à Incorporação, que será divulgada na internet por meio do endereço eletrônico www.5rm.eb.mil.br.

9.2. A Convocação à Incorporação não garante o direito à Incorporação, posto que o candidato ainda deverá passar por uma Inspeção de Saúde Complementar e poderá haver alteração nas vagas até o dia da Incorporação, conforme explicado no nº 2.2 e 6.6. deste Aviso de Convocação para Seleção.

9.3. A incorporação ocorrerá no dia 02 de março de 2020.

9.4. O candidato selecionado será incorporado na situação de Aspirante a Oficial.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O presente processo seletivo não é um concurso público.

10.2. Durante o processo seletivo não há, por parte do Comando da 5ª Região Militar, nenhuma obrigação quanto à incorporação do candidato para qualquer estágio ou curso. A aprovação no processo seletivo assegura, apenas, a expectativa de direito à convocação e incorporação, ficando a concretização desses atos condicionada à existência de vaga, conforme o disposto no nº 2.2 deste Aviso de Convocação para Seleção.

10.3. A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas deste processo seletivo dar-se-á exclusivamente no endereço eletrônico www.5rm.eb.mil.br.

10.4. O candidato deverá assinar a lista de presença em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identificação oficial com foto.

10.5. O candidato deverá utilizar trajes compatíveis com sua permanência no interior de uma Organização Militar, não podendo trajar bermudas ou similares, sandálias abertas e camisetas sem manga. Caso contrário, o candidato será impedido de entrar e realizar a atividade para a qual tenha sido chamado, sendo eliminado do Processo Seletivo.

10.6. A falta em qualquer fase do Processo Seletivo ou a não apresentação dos documentos que comprovem os requisitos exigidos neste Aviso de Convocação para Seleção inviabilizará a inscrição ou acarretará a eliminação do candidato, sem qualquer ônus para a 5ª Região Militar. Assim, o candidato será considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

10.6.1. Faltar à Inspeção de Saúde (IS) ou à Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).

10.6.2. Não apresentar os laudos dos exames médicos, no todo ou em parte, por ocasião das IS ou da ISGR.

10.6.3. Não concluir a IS ou ISGR.

10.6.4. Não estar apto por ocasião da Inspeção de Saúde Complementar realizada antes da Incorporação.

10.6.5. Desistir a qualquer tempo do Processo de Seleção, apresentando Declaração de Desistência, conforme o ANEXO “K”.

10.7. Também configura motivo para eliminação do Processo Seletivo a existência de tatuagens que, nos termos de detalhamento constante de normas do Comando do Exército, faça alusão a ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas, a violência, a criminalidade, a ideia ou ato libidinoso, a discriminação ou preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, a ideia ou ato ofensivo às Forças Armadas.

10.8. O candidato incorporado somente deverá comprar uniformes depois de concluída a primeira semana de estágio. O estágio transcorrerá, na primeira semana, com os incorporados em trajes civis.

10.9. O candidato incorporado não pode possuir nenhum vínculo com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na Administração Pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo “G”), com reconhecimento de firma em cartório, cujas informações são de inteira responsabilidade do candidato.

10.10. Os candidatos deverão comprometer-se, por ocasião da inscrição, a prestar o Serviço Militar por, no mínimo, 12 (doze) meses, caso sejam incorporados.

10.11. O período de 01 (um) ano de serviço poderá ou não ser prorrogado anualmente, de acordo com o desempenho profissional, a existência de vagas e a deliberação do Comando da 5ª Região Militar.

10.12. O candidato que for convocado para o EAS no Exército Brasileiro pelo prazo de 12 (doze) meses poderá ter o tempo de serviço prorrogado sucessivamente até atingir o limite máximo de 8 (oito) anos de serviço público nas Forças Armadas.

10.13. Ao ingressarem no serviço ativo, os médicos ficarão sujeitos à legislação vigente no Exército.

10.14. O candidato incorporado será remunerado de acordo com a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, com as atualizações dadas pela Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, com a remuneração bruta aproximada abaixo indicada:

Graduação	Remuneração Bruta Aproximada
Aspirante a Oficial	R\$ 9.070,00

10.15. Para fins de remuneração, após a realização do EAS a concessão do Adicional de Habilitação prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, respeitará os ditames da Portaria nº 768 - Cmt Ex, de 05 de julho de 2017, com as atualizações dadas pela Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

10.16. Não fica assegurado ao incorporado o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Militar Temporário.

10.17. Os casos por ventura omissos no presente Aviso de Convocação para Seleção serão solucionados pelo Comandante da 5ª Região Militar.

11. ANEXOS

“A” - TABELA DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.

“B” - DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO.

“C” - DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR À INCORPORAÇÃO.

“D” - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ.

“E” - DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.

“F” - PARECER FAVORÁVEL À PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO PARA OS CANDIDATOS QUE JÁ SÃO MILITARES.

“G” - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO.

“H” - MANIFESTAÇÃO DE NÃO OCUPAR VAGA DISPONÍVEL

“I” - COMPROMISSO DE OCUPAR VAGA EM LOCAL DIFERENTE DA RESIDÊNCIA/DOMICÍLIO SEM ÔNUS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO.

“J” - RELAÇÃO DAS DOENÇAS, LESÕES E ESTADOS MÓRBIDOS QUE MOTIVAM INCAPACIDADE PARA CONVOCAÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO.

“K” - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA.

“L” - PEDIDO DE REVISÃO DA PONTUAÇÃO.

“M” - FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO.

“N” - FICHA DE INSCRIÇÃO.

Coronel PAULO HENRIQUE MAIER

Chefe do Escalão de Pessoal do Comando da 5ª Região Militar

ANEXO “A” (TABELA DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº 001 - SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

TABELA DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Diplomas/Cursos/Publicações/Atividades	Pontuação Atribuída	Pontuação Máxima
1. Habilitação Mínima Exigida (para o exercício da Área de Interesse escolhida dentre as ofertadas no Anexo “A”)		
Graduação em Curso Superior (no máximo 1 graduação).	PRÉ-REQUISITO	PRÉ-REQUISITO
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - Especialização. Carga horária mínima de 360 horas (no máximo 1).	PRÉ-REQUISITO	PRÉ-REQUISITO
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - Programa de Residência Multiprofissional (no máximo 1).	PRÉ-REQUISITO com bônus de 4,0 pontos	4,0
Os candidatos não poderão deixar de cadastrar os diplomas exigidos como PRÉ-REQUISITOS.		
Pré-requisitos: Graduação em Curso Superior e uma das duas formas de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> acima indicadas (não é necessário ter os dois modos de pós-graduação).		
Caso tenha as duas Pós-Graduações <i>Lato Sensu</i> acima indicadas, o candidato poderá cadastrar uma das duas como PRÉ-REQUISITO, podendo cadastrar a outra no campo 2. Títulos.		
2. Títulos (relacionados à Área de Interesse)		
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> - Doutorado (no máximo 1 doutorado).	6,0	6,0
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> - Mestrado (no máximo 1 mestrado).	5,0	5,0
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - Programa de Residência Multiprofissional (no máximo 1 residência).	5,0	5,0
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - Especialização. Carga horária mínima de 360 horas (no máximo 2 especializações).	4,0 por diploma	8,0
Especializações ou Programas de Residência Multiprofissional cadastrados no campo 1. Habilitação Mínima Exigida não poderão ser novamente cadastrados no campo 2. Títulos.		
3. Cursos (relacionados à Área de Interesse)		
Curso de aperfeiçoamento ou extensão. Carga horária mínima de 120 horas (no máximo 2 cursos).	2,5 por curso	5,0
Curso de aperfeiçoamento ou extensão. Carga horária igual ou superior a 80 horas e inferior a 120 horas (no máximo 2 cursos).	2,0 por curso	4,0
4. Proficiência linguística no idioma Inglês (os testes e níveis de proficiência aceitos para fins de pontuação estão indicados no ANEXO “O”)		



Nível de proficiência C2	3,0	3,0
Nível de proficiência C1	2,0	2,0
Nível de proficiência B2	1,0	1,0
5. Publicações Técnicas (relacionada à Área de Interesse)		
Livro Científico Autoral (no máximo 1 livro).	2,0	2,0
Artigos em periódicos nacionais ou internacionais Qualis A1 ou A2 (no máximo 2 artigos).	1,5 por artigo	3,0
Artigos em periódicos nacionais ou internacionais Qualis B1 ou B2 (no máximo 2 artigos).	1,0 por artigo	2,0
Artigo em Qualis B3, B4 ou B5 (no máximo 2 artigos).	0,5 por artigo	1,0
Artigos publicados em jornais ou magazines (no máximo 2 artigos)	0,5 por artigo	1,0
6. Exercício de atividade profissional (na Área de Interesse)		
Experiência profissional na Área de Interesse para a qual o candidato se inscreveu (no máximo 120 meses, não podendo ter mais de 60 meses no setor público).	0,4 pontos por mês completo. Período de trabalho inferior a 30 dias não será considerado para fins de pontuação, assim como, também, não será considerado para a finalidade de pontuação os dias do registro de um período de atividade profissional somados com os dias do registro de outro período de atividade profissional para completar 30 dias.	48
O exercício de atividade profissional não contempla atividades docentes.		



ANEXO“B” (DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade n° _____, CPF n° _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho (a) de _____ e de _____, residindo na cidade de _____ - _____, declaro que sou voluntário (a) para o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e para o Estágio de Instrução e Serviço (EIS), pelo período de 01 (um) ano, como Oficial Militar Temporário, sujeitando-me, se for aceito (a), a todos os deveres e obrigações previstos na legislação em vigor, e conhecedor que poderei obter, dependendo da existência de vagas e do meu desempenho profissional, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de oito anos, contado, para isso, todo o tempo que tenha de serviço público anterior.

Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações acima fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e art 312 (falsidade) do Decreto-Lei n° 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar).

(Local e data):

Assinatura do(a) voluntário(a)



ANEXO“C” (DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR À INCORPORAÇÃO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

Eu, _____ (nome completo), Identidade n° _____, CPF n° _____, nascido (a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho (a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 5ª Região Militar, (que possuo _____ anos, _____ meses, _____ dias de) ou (não possuo) _____ tempo de serviço prestado as Forças Armadas, anterior à minha convocação para o Serviço Militar, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações acima fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e art 312 (falsidade) do Decreto-Lei n° 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar).

(Local e data)

Assinatura do (a) voluntário (a)

ANEXO “D” (DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020.

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo), Identidade n° _____, CPF n° _____, nascida aos _____ dias do mês de _____ de _____, filha de _____ e de _____, para efeito de seleção para o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e para o Estágio de Instrução e Serviço (EIS), declaro que fui alertada e tomei ciência de que o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário. Sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente (Presidente da Comissão de Seleção Especial, se antes da Incorporação, ou Comandante da OM que estiver realizando o Estágio, se após a incorporação).

(Local e data)

Assinatura da declarante



ANEXO “E” (DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº 001 - SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____, residente à _____, portador da cédula de Identidade nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da Administração Militar, estar ciente dos Art. 311, 312 e 315 do Código Penal Militar (Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação para Seleção, são autênticos.

(Local e data)

Nome completo do declarante/Assinatura

Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969)

Art. 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.

Art. 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direi to, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.

Art. 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena a cominada à falsificação ou a alteração.



ANEXO “F” (PARECER FAVORÁVEL À PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020.

(MODELO)

PARECER FAVORÁVEL À PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

Declaro, junto ao Comando da 5ª Região Militar, que o (a) _____
(posto/graduação) _____ (nome completo), Identidade
n° _____, CPF n° _____, nascido (a) aos ____ dias do mês de
_____ de _____, filho (a) de _____ e de
_____, ocupa o cargo de _____
e não possui em seus assentamentos nada que desabone a sua conduta militar e que, por esse motivo, possui parecer favorável deste Comando para participação no processo de seleção aos Estágios de Adaptação e Serviço (EAS) e do Estágio de Instrução e Serviço (EIS), relativo ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(Local e data)

Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM

**Autenticação com
marca d'água da
Força a qual serve**



**ANEXO “G” (DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO)
ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº 001- SSMR/5, de 13
de fevereiro de 2020**

(MODELO)

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido (a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho (a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 5ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado (a) ao Exército e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado (a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no art. 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente de responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e art.312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar).

(Local e data)

Assinatura do (a) declarante

ANEXO “H” (MANIFESTAÇÃO DE NÃO OCUPAR VAGA DISPONÍVEL) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

MANIFESTAÇÃO DE NÃO OCUPAR VAGA DISPONÍVEL

Eu, _____ (nome completo), Idt n° _____, CPF n° _____, nascido (a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho (a) de _____ e de _____, declaro, junto à Comissão de Seleção Especial, que desisto de ocupar a vaga disponível de convocação para o _____, relativo ao processo de seleção estipulado pelo Aviso de Convocação para Seleção n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020, e que tenho ciência de que, desta forma, não poderei mais ser convocado para escolhas futuras do referido processo.

(Local e data)

Assinatura do(a) declarante



ANEXO “J” (RELAÇÃO DAS DOENÇAS, LESÕES E ESTADOS MÓRBIDOS QUE MOTIVAM INCAPACIDADE PARA CONVOCAÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº nº 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

1. PARA AMBOS OS SEXOS

a. As doenças que motivam a isenção definitiva dos conscritos para o Serviço Militar – ANEXO II das IGISC, no que couber.

b. Peso desproporcional à altura, tomando-se por base a diferença de mais de 10 entre a altura (número de centímetros acima de 1m) e o peso (em quilogramas), para candidatos com altura inferior a 1,75m e de mais de 15 para os candidatos de altura igual ou superior a 1,75m. Estas diferenças, entretanto, por si só, não constituem em elemento decisivo para o AMP, o qual as analisará em relação ao biotipo e outros parâmetros do exame físico, tais como: massa muscular, constituição óssea, perímetro torácico, etc.

c. Reações sorológicas positivas para sífilis, doença de Chagas ou Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), sempre que, afastadas as demais causas da positividade, confirmem a existência daquelas doenças.

d. Taxa glicêmica anormal.

e. Campos pleuro-pulmonares anormais, inclusive os que apresentarem vestígios de lesões graves anteriores.

f. Hérnias, qualquer que seja sua sede ou volume.

g. Albuminúria ou glicosúria persistentes.

h. Audibilidade inferior a 35 decibéis ISO, nas frequências de 250 a 6000 C/S, em ambos os ouvidos. Na impossibilidade da audiometria, não percepção da voz cochichada à distância de 5m, em ambos os ouvidos.

i. Doenças contagiosas crônicas da pele.

j. Cicatrizes que, por sua natureza e sede, possam, em face de exercícios peculiares à escola, vir a motivar qualquer perturbação funcional ou ulcerar-se.

k. Ausência ou atrofia de músculos, quaisquer que sejam as causas.

l. Imperfeita mobilidade funcional das articulações e, bem assim, quaisquer vestígios anatômicos e funcionais de lesões ósseas ou articulares anteriores.

m. Hipertrofia média ou acentuada da tireoide, associada ou não aos sinais clínicos de hipertireoidismo.

n. Anemia com hemoglobinometria inferior a 12g/dl.

o. Varizes acentuadas de membros inferiores.

p. Acuidade visual menor que 0,3 (20/67) em ambos os olhos, sem correção, utilizando-se a escala de Snellen, desde que, com a melhor correção possível, através de uso de lentes corretoras ou realização de cirurgias refrativas, não se atinja índices de visão igual a 20/30 em ambos os olhos, tolerando-se os seguintes índices: 20/50 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/20; 20/40 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/22; e 20/33 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/25; a visão monocular, com a melhor correção possível, será sempre incapacitante.

q. Desvios de coluna, configurando escoliose com ângulo de Cobb superior a 12° (doze graus) ou cifose com ângulo de Cobb superior a 40° (quarenta graus), ou lordose com ângulo de Ferguson superior a 48° (quarenta e oito graus).

r. Anomalia no comprimento dos membros inferiores, com encurtamento de um dos membros maior que 15 mm (quinze milímetros).

s. Distúrbios da fala.

t. Exame toxicológico clínico positivo sempre que, afastadas as demais causas da positividade, confirmem a existência de substâncias tóxicas.

2. PARA CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO

a. Altura inferior a 1,60m (um metro e sessenta centímetros).

b. Hidrocele.



3. PARA CANDIDATAS DO SEXO FEMININO

- a. Altura inferior a 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros).
- b. As seguintes condições gineco-obstétricas:
 - 1) Displasias mamárias;
 - 2) Gigantomastia;
 - 3) Neoplasias malignas de mama;
 - 4) Ooforites;
 - 5) Salpingites;
 - 6) Parametrites;
 - 7) Doença inflamatória pélvica crônica;
 - 8) Sangramento genital anormal rebelde ao tratamento;
 - 9) Endometriose;
 - 10) Dismenorréia secundária;
 - 11) Doença trofoblástica;
 - 12) Prolapso genital;
 - 13) Fístulas do trato genital feminino;
 - 14) Anomalias congênitas dos órgãos genitais externos;
 - 15) Neoplasias malignas dos órgãos genitais externos e internos;
 - 16) Outras afecções ginecológicas que determinem perturbações funcionais incompatíveis com o desempenho das atividades militares; e
 - 17) Gravidez em qualquer fase (toda candidata deverá realizar o teste de gravidez BHCG sanguíneo, salvo nos casos em que for possível o diagnóstico clínico de certeza).

ANEXO “K” (DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido (a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho (a) de _____ e de _____, declaro, junto à Comissão de Seleção Especial, que desisto de minha convocação para o EST, relativo ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(Local e data)

Assinatura do(a) declarante

Presidente da CSE

Membro da CSE

ANEXO “L” (PEDIDO DE REVISÃO DE PONTUAÇÃO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº nº 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

PEDIDO DE REVISÃO DE PONTUAÇÃO

Nome:	
Endereço:	
CPF:	
Nº Inscrição:	Aviso de Convocação para Seleção (nº/ano):
Telefone:	E-mail:
OBJETO DO PEDIDO DE RECURSO:	
Exposição de motivos, argumentos e fundamentações ao Comandante da 5ª Região Militar:	

_____, ____/____/____
Cidade, UF e data

Nome do(a) Candidato(a)



ANEXO “M” (FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário n° 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

(MODELO)

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

1. Eu, _____ (nome completo), abaixo assinado, Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido (a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho (a) de _____ e de _____, residindo na cidade de _____ - _____, telefones de contatos _____ e _____, endereço eletrônico _____, venho por intermédio deste solicitar a V Exa se digne conceder-me nova Inspeção de Saúde em Grau de Recurso por haver sido julgado Incapaz pela Comissão de Seleção Especial para o Estágio _____ na área de _____ para o ano de _____, que funcionou na cidade de _____, no _____ (nome da Organização Militar).
2. Tal solicitação encontra amparo no parágrafo 1º do artigo 14 da Portaria nº 141, de 31 de março de 2004 - Instruções Gerais para as Perícias Médicas no Exército – IGPMEX (IG 30-11).
3. Nestes termos, pede deferimento.

Nome do (a) Candidato (a)

_____, ____/____/_____
Cidade, UF e data



ANEXO “N” (FICHA DE INSCRIÇÃO) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

FICHA DE INSCRIÇÃO	
Área de Atuação: MFDV Anestesiologia	Foto 3x4 (De frente sem chapéu ou similar)
Número da Inscrição: _____ (AVALIADOR)	
Data/Hora Inscrição: _____ (AVALIADOR)	
Pontuação Total: _____ (AVALIADOR)	

DADOS PESSOAIS

NOME:			
CPF:	RG/ORGÃO EXPEDIDOR:		
GÊNERO: () M () F	ALTURA:		
DATA NASCIMENTO:	CIDADE/UF NASCIMENTO:		
Nº DE DEPENDENTES:	ESTADO CIVIL:		
NOME DO PAI:	NOME DA MÃE:		
E-MAIL:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE/UF:	CEP:	
COMPLEMENTO:			
TELEFONES COM DDD:			
TEMPO TOTAL DE SERVIÇO PÚBLICO	anos	meses	dias
DOCUMENTO MILITAR:			

GRADUAÇÃO

CURSO	INSTITUIÇÃO	DATA DE FORMAÇÃO	PONTOS (AVALIADOR)

PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO

CURSO	INSTITUIÇÃO	DATA DE FORMAÇÃO	PONTOS (AVALIADOR)

CURSOS RELACIONADOS COM A ESPECIALIZAÇÃO

CURSO	INSTITUIÇÃO	DATA DE FORMAÇÃO	PONTOS (AVALIADOR)



PUBLICAÇÕES TÉCNICAS RELACIONADAS COM A ESPECIALIZAÇÃO

TIPO	TÍTULO	VÉICULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	PONTOS (AVALIADOR)

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ANTERIOR

TIPO (Meio privado ou público)	LOCAL	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	ATIVIDADES	PONTOS (AVALIADOR)

Nome do(a) candidato(a)



ANEXO “O” (TESTES E NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA NO IDIOMA INGLÊS ACEITOS PARA PONTUAÇÃO CURRICULAR) ao Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário nº 001- SSMR/5, de 13 de fevereiro de 2020

1. Para a pontuação na proficiência da língua inglesa serão aceitos os seguintes testes: **TOEFL** (*Test of English as a Foreign Language*), **TOEIC** (*Test of English for International Communication*), ambos americanos, ou o **IELTS** (*Internacional English Language Testing System*) e o **CPE** (*Certificate of Proficiency in English*), ambos britânicos.
2. Os testes serão aceitos somente com validade de até 02 (dois) anos (no momento da inscrição) e será utilizada a tabela **CEFR** (*Common European Framework of Reference for Languages*) para a conversão dos diversos níveis de proficiência, pontuando-se somente os níveis B2 (*Independent user*), C1 (*Proficiente user*) e C2 (*Proficiente user*).
3. A pontuação atribuída a cada nível de proficiência está indicada no ANEXO “G”.

TOEFL			TOEIC	IELTS	CPE (Cambridge)	Common European Framework
Paper	Computer	Internet				
590-677	243-300	96-120	990 957 924	9,0 8,5 8,0	CPE	C2
550-587	213-240	79-95	891 858 825	7,5 7,0 6,5	CAE	C1
513-547	183-210	65-78	792 759 726	6,0 5,5 5,0	FCE	B2